

Arquivo, literacia e resistência: notas sobre manuscritos “nativos” na série Moçambique do fundo do Conselho Ultramarino do Arquivo Histórico Ultramarino¹

Matheus Serva Pereira²
Ricardo Roque³

Artigo recebido: 21/11/2022

Artigo aprovado: 03/03/2023

Resumo: O presente artigo pretende apontar para as potencialidades de pesquisa por serem desenvolvidas, a partir de uma proposta historiográfica específica, sobre as fontes coloniais portuguesas salvaguardadas em uma série documental que não se encontra totalmente inventariada pelo Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), localizado em Lisboa, nomeadamente a série Moçambique do Fundo do Conselho Ultramarino do AHU. O objetivo do texto é de apresentar o trabalho de recolha de fontes na referida série e os desafios encontrados ao longo da pesquisa realizada para a construção de uma base de dados elaborada no âmbito do projeto INDICO - *Arquivos coloniais nativos: micro-histórias e comparações*. Tendo como proposta a promoção de uma leitura das entrelinhas da organização arquivística normalmente empregada pelo AHU, lançou-se luz sobre os documentos cuja autoria, individual ou coletiva, poderiam ser atribuídas a grupos ou indivíduos denominados como “nativos”. O primeiro intuito desta atividade foi a de evidenciar a existência de práticas de literacia elaboradas por populações “nativas”, especialmente na interação com o poder imperial português. Este trabalho torna assim possível identificar, a partir de dentro de um arquivo originalmente produzido com o intuito de apoiar a administração colonial portuguesa, múltiplas lógicas nativas de escrita e arquivamento. Ao mesmo tempo, o texto tem como objetivo apresentar algumas hipóteses de análise historiográfica a partir da documentação recolhida, com respeito (i) à relação entre literacia e resistência à presença colonial portuguesa na região norte do atual Moçambique; e (ii) à relação entre as fontes escritas para o acesso ao passado colonial e a organização arquivística da documentação histórica presente no AHU.

Palavras-chave: arquivo, literacia, resistência, Moçambique.

¹ A pesquisa e a escrita do artigo foram financiadas e são resultado do trabalho desenvolvido no âmbito do projeto INDICO – *Arquivos coloniais nativos: micro-histórias e comparações*, financiado através de fundos nacionais pela FCT, Fundação para a Ciência e Tecnologia (referência PTDC/HAR-HIS/28577/2017), e coordenado por Ricardo Roque no ICS-ULisboa. Também apoiaram a escrita do artigo os projetos *African experiences of assimilation in Mozambique: histories and memories (1910 - 2010)* (referência 2021.01651.CEECIND/CP1696/CT0008); e *Resistance: Rebellion and Resistance in the Iberian Empires, 16th-19th centuries (778076-H2020-MSCA-RISE-2017)*. Agradecemos as/aos pareceristas pelo trabalho de avaliação realizado e a Ana Canas, diretora do AHU, pelo apoio ao projeto INDICO.

² Doutor em História Social da África pela Unicamp. Atualmente é investigador júnior no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), onde desenvolve a pesquisa *African experiences of assimilation in Mozambique: histories and memories (1910 - 2010)* (referência 2021.01651.CEECIND/CP1696/CT0008).

³Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Abstract: The article intends to point to the potential for research to be developed using the Mozambique series of the Fundo do Conselho Ultramarino, held by the Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), in Lisbon. This documental series is not yet fully inventoried by the AHU. This article introduces ongoing work on the above-mentioned documentation, highlighting the challenges encountered during an archival survey that aimed at the construction of a database on “indigenous documentation” within the scope of the research project INDICO - *Indigenous colonial archives: micro-histories and comparisons*. We read the archival organization and classification employed by the AHU against the grain, and we focus on documents whose authorship, individual or collective, might be attributed to groups or individuals that can be hypothetically considered “indigenous”. The primary purpose of this survey is to make visible the prevalence of literate practices among “indigenous” populations, especially in their interaction with the Portuguese imperial power in the region. This work makes it possible to identify multiple indigenous logics of writing and archiving from within an archive originally produced to support the Portuguese colonial administration. Finally, the article presents some analytical hypotheses based on the documentation, which concern (i) the relationship between literacy and resistance to the Portuguese colonial presence in the northern region of present-day Mozambique; and (ii) the relationship between the use of written sources to access that past, and the archival organization of the historical documents presently at AHU.

Keywords: archive, literacy, resistance, Mozambique.

Introdução

O presente artigo pretende apresentar resultados preliminares obtidos a partir de um levantamento arquivístico produzido no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), localizado em Lisboa, no âmbito do projeto INDICO – *Arquivos coloniais nativos: micro-histórias e comparações* (doravante INDICO). O trabalho com a documentação que será aqui sumariamente apresentado e analisado ocorreu entre 2019 e 2022. Foram inúmeros os percalços causados pela pandemia de COVID-19 pela qual o mundo começou a enfrentar nos meses iniciais de 2020. A pesquisa presencial no AHU foi completamente vetada com o fechamento dos arquivos para a recepção de pesquisadores, em diferentes momentos, ao longo de 2020. No entanto, com paciência e auxílio dos/as funcionários/as do AHU, foi possível realizar o levantamento arquivístico que apresentaremos ao longo do texto, assim como algumas das potencialidades de análise que este trabalho proporciona no que respeita, em particular, a Moçambique.

O texto divide-se em três tópicos, que dialogam entre si. Primeiramente, de maneira sumária, apresentamos o projeto INDICO, sobretudo tendo como enfoque a maneira como buscou operacionalizar historiograficamente a categoria de “documentos nativos”. Em seguida,

delimitamos o tema mais amplo do projeto de pesquisa abordando um dos trabalhos realizados no AHU, especificamente aquele que esteve concentrado na leitura, avaliação e seleção da documentação presente no catálogo e inventário parcial do Fundo do Conselho Ultramarino, mais especificamente a série Moçambique, dos documentos avulsos. Por último, apresentaremos possíveis linhas de reflexão e análise que poderão ser exploradas pela historiografia a partir do enorme manancial documental recolhido. Uma destas linhas diz respeito a história de diferentes grupos sociais da costa oriental africana, no final do século XVIII e início do XIX, que estabeleceram trocas e contatos com a administração colonial portuguesa, sua relação com práticas de escrita e arquivamento e a potencialidade que as práticas de escrita africanas trazem para a historiografia que aborda as distintas formas de resistência a presença colonial portuguesa no norte do atual Moçambique. A outra perspectiva diz respeito a pistas sobre a existência de uma história do armazenamento, da organização e do uso destes documentos produzidos por populações da costa oriental africana, ao longo do tempo, pelo próprio AHU.

O projeto INDICO e o levantamento de “documentos nativos”

O projeto INDICO teve como seu objetivo investigar práticas arquivísticas e de literacia desenvolvidas pelas populações autóctones africanas e asiáticas nos territórios do império colonial português, entre os séculos XVI e XX. A questão que se pretendeu abordar foi a de como e porque certas comunidades africanas e asiáticas registravam, guardavam e distribuíam manuscritos no contexto de suas interações com a presença colonial portuguesa. A partir da elaboração de diferentes micro-histórias desenvolvidas por estudos de caso específicos para as regiões de Goa, Timor, Angola e Moçambique, as pesquisas realizadas pelos integrantes do projeto encararam o desafio de lidar com os conceitos de “nativo” (bem como de “indígena”) e de “documentação nativa” para definir o que pretendia ser observado.⁴ Sob a noção heurística de “documento nativo”, consideramos os manuscritos que, de alguma forma, traziam a assinatura e/ou marca autoral de indivíduos ou coletivos indígenas africanos e asiáticos. Reconhecemos as múltiplas complexidades e fluidez históricas, sociológicas e antropológicas das noções de indígena/ indígena e nativo/ nativo. Adotamos a categoria de 'documento indígena' como ferramenta heurística de pesquisa, e não como propriedade essencializante do documento e de seus autores. A noção, uma vez explorada em relação a documentos específicos, exige maiores nuances conceituais e cautela crítica em relação aos seus diferentes usos e contextos históricos. Atendendo a especificidades contextuais históricas, usamos variados identificadores presentes na documentação, como a língua e o alfabeto presentes

⁴ Para informações sobre o projeto ver: <https://indico.ics.ulisboa.pt/>, e especificamente sobre a metodologia de inquérito à “documentação nativa” no AHU veja-se FERREIRA, José Miguel, PEREIRA, Matheus Serva e ROQUE, Ricardo, “The INDICO Project: survey of indigenous documentatation”, <https://indico.ics.ulisboa.pt/about-the-database/>, consultado em 06/03/2023.

na fonte, ou os nomes dos agentes e as categorias sociais invocadas nos documentos (por exemplo: “morador”, “natural da terra”, “baneane”, “mouro”, “gentio”, “arábio”, “mujojo”, etc.), Em resultado deste trabalho, a nossa utilização desta noção na descoberta e seleção de documentação nativa torna efetivamente visível e disponível para futuras pesquisas uma multiplicidade de agentes africanos e asiáticos que estiveram no centro da autoria e produção de documentação escrita circulante de Angola, Moçambique, Goa e Timor para o centro imperial de Portugal, em Lisboa.

Por conseguinte, por mais escorregadio e desafiador que seja o emprego dos termos “nativo” ou “documentação nativa”, o intuito ao longo do projeto foi de confrontar a invisibilidade da escrita realizada por sujeitos não-portugueses no seio da documentação colonial, especialmente daquela armazenada no AHU. O projeto aplicou, assim, os termos “nativo” e “documento nativo” não como categorias estanques. Ao contrário, buscou-se compreendê-los como categorias operacionais que permitem ir além de uma perpetuação silenciadora de vozes do passado, que continuam sendo de difícil acesso para a produção historiográfica muitas vezes por conta de uma perpetuação na organização arquivística contemporânea das lógicas da administração imperial. Não foi o intuito do projeto negar a importância dessas lógicas no armazenamento e ordenamento serial arquivístico. Porém, buscou-se apresentar outras formas de entrada nesta documentação, já que os formatos atualmente empregados de inventariamento dos fundos arquivísticos coloniais presentes no AHU não necessariamente apresentam-se como úteis para os desejos historiográficos de compreensão das agências dos sujeitos sociais não-brancos e não-europeus em contextos coloniais.⁵

Os documentos manuscritos pelas populações cabíveis de serem identificáveis ou que se identificavam como “nativas”, sendo elas próprias as produtoras dos documentos ou tendo sido solicitantes da produção desses documentos, e o uso e a circulação destes documentos, especialmente no trato com as instituições e regimes burocráticos instituídos pelo império português, podem ser compreendidos como parte integrante de uma vasta literacia e experiências de arquivamento construídas nos contextos nos quais o poder colonial português se fez presente. O trabalho de Mariana Dias Paes nos arquivos judiciais do século XIX existentes na Comarca de Benguela, por exemplo, apontam também neste sentido. Mariana Dias Paes argumenta, por exemplo, que os documentos e arquivos “mediam as relações entre as pessoas em termos mais amplos do que a suposição reducionista de que são meras ferramentas para o controle dos governos sobre as populações”.⁶ Possuir um papel produzido pelos portugueses - e hoje armazenado no AHU

⁵ Estes constrangimentos ligam-se à história imperial do AHU, criado em 1931 como lugar e tecnologia de governo da memória colonial, conforme tratado em FERREIRA, José Miguel e ROQUE, Ricardo. “Arquivo Histórico Ultramarino”, In; GUARDIÃO, A., JERÓNIMO, M. B. e PEIXOTO, P. (Orgs.), *Ecos Coloniais: Histórias, Patrimónios e Memórias*, Lisboa: Tinta-da-China, p. 13-20.

⁶ No original: “mediate relations among people in broader terms than the reductionist assumption that they are mere tools for governments’ control over population”. DIAS PAES, Mariana Armond. “Legal Files and Empires: Form and Materiality of the Benguela District Court Documents”. *Administrory* 4, nº 1, dezembro de 2019, p. 54, tradução livre.

- significou, especialmente no caso moçambicano que apresentaremos em seguida, um comprovante capaz de expressar a "verdade", tornando-se uma evidência que atestava a credibilidade dos sujeitos que o possuíam. Tanto o seu conteúdo em si, como a posse de um conjunto destes documentos eram símbolos produtores de autenticidades. Novamente, segundo Dias Paes, “‘a verdade’ dos documentos não é necessariamente resultado de sua capacidade de expressar com precisão a realidade, mas de sua conformidade com determinados procedimentos”.⁷ O papel manuscrito materializava e constituía poderes e direitos. Estabelecer e armazenar uma troca regular de correspondências com um administrador colonial ou solicitar e circular com documentos elaborados pela administração colonial foi uma maneira adotada por diferentes sujeitos e grupos sociais, políticos e econômicos, com o intuito de produzir autoridade. Por um lado, a materialidade da posse de um ou mais documentos foi empregada e compreendida como um aspecto fundamental para o pleito, a validação e o alcance de desejos pretendidos, sobretudo àqueles vinculados a aspectos políticos e econômicos. Por outro lado, o manejo de determinados signos de retificação da legitimidade do documento, como assinaturas, selos, datas, etc., apontam para como os sujeitos sociais que elaboraram – ou solicitaram para um agente colonial produzir - estes documentos, de próprio punho ou por meio da estrutura burocrática colonial, compreendiam os signos que era preciso manejar para torná-los uma evidência capaz de comprovação e, conseqüentemente, de poder.

A pesquisa no AHU e a documentação selecionada

Arquivos fazem parte do processo de escrita da História. A maneira como estão organizados e como são apresentados os conteúdos dos documentos que salvaguardam, influenciam diretamente as delimitações e construções das hipóteses historiográficas.⁸ Como argumenta Ann Stoler, as reflexões sobre a escrita da História e sua relação com os arquivos têm compreendido os arquivos não apenas como repositórios de conhecimentos, mas como locais de produção do conhecimento, com íntima conexão com as relações de poder nos e dos Estados.⁹ Portanto, é fundamental encarar os arquivos como repositórios de fontes históricas e, ao mesmo tempo, como sujeitos históricos que interferem na maneira como a escrita da História e a memorialização sobre o passado são realizadas.

⁷ Idem, p. 55. No original: “‘The 'truth' of documents is not necessarily a result of their capacity to accurately express reality, but their compliance to certain procedures”. Tradução livre.

⁸ Ver por exemplo: ROQUE, Ricardo e WAGNER, Kim A. Introduction: engaging colonial knowledge. In: ROQUE, R. e Wagner, K.A. (Org). *Engaging Colonial Knowledge: Reading European Archives in World History*, org. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012, p. 1-32; MBEMBE, Achille. The power of the Archive and its limits. In: HAMILTON, C.; HARRIS, V.; TAYLOR, J.; PICKOVER, M.; REID, G.; SALEH, R. (Org.). *Refiguring the Archive*. Berlim: Springer, 2002, p. 19-27. MBEMBE, Achille. Decolonizing Knowledge and the Question of the Archive. *Africa Is a Country*, 2015. <https://africaisacountry.atavist.com/decolonizing-knowledge-and-the-question-of-the-archive>. Consultado em 10 de setembro de 2020.

⁹ STOLER, Ann Laura. “Colonial archives and the arts of governance”. *Archival Science*, nº 2, 2002, p. 87–109.

Tendo como base especificamente a problematização do arquivo como um espaço epistêmico, a questão que se coloca é a do porquê o projeto INDICO selecionou o AHU e, mais especificamente, os documentos manuscritos avulsos do Fundo do Conselho Ultramarino, como local privilegiado para a realização de seus trabalhos com a “documentação nativa”. Existem muitos outros arquivos e fundos que contêm este tipo de documentação em Lisboa, como o Corpo Cronológico da Torre do Tombo, os códices na Academia das Ciências de Lisboa ou o fundo dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda.¹⁰ No entanto, o AHU reúne o corpo documental do Conselho Ultramarino, o principal organismo de comunicação e administração do império português ao longo de quase 200 anos (1640-1834), o que nos permite ter acesso a um volume significativo de documentação. Os papéis armazenados no fundo do Conselho Ultramarino correspondem a documentação de duas entidades administrativas e de governo dos territórios coloniais portugueses, nomeadamente o Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, somada pela documentação do Governo Geral e por alguns documentos do Conselho da Fazenda. Os dois primeiros organismos tiveram papel importante na estruturação do controle das possessões portuguesas em seus territórios ultramarinos a partir do século XVII até o início do século XIX. Como explica Ana Canas Delgado Martins, a amplitude cronológica existente no fundo traz consigo uma série de variabilidades que interferiram, ao longo do tempo, no que e como foram armazenadas as documentações destas instituições.¹¹ Estas características tornam possível cruzarmos tipologias de documentação semelhantes para diferentes contextos temporais e geográficos, podendo avaliar variadas formas contextuais de participação na comunicação das populações “nativas” no interior e no entorno do poder colonial português.

A série Moçambique do Fundo do Conselho Ultramarino

Ao longo da pesquisa no AHU foi possível realizar a consulta de toda a documentação presente na série Moçambique do Fundo do Conselho Ultramarino. O inventário disponibilizado pelo AHU para a referida série documental foi produzido nos anos 1980, em um projeto de produção de microfilmes da documentação referentes a Moçambique existentes no AHU. Os rolos de microfilmes tiveram como destino o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) e tinham como objetivo permitir que pesquisadores/as estabelecidos/as em território moçambicano tivessem mais fácil acesso às fontes sobre o seu país localizadas em Portugal.¹² A série possui 271 caixas, com um

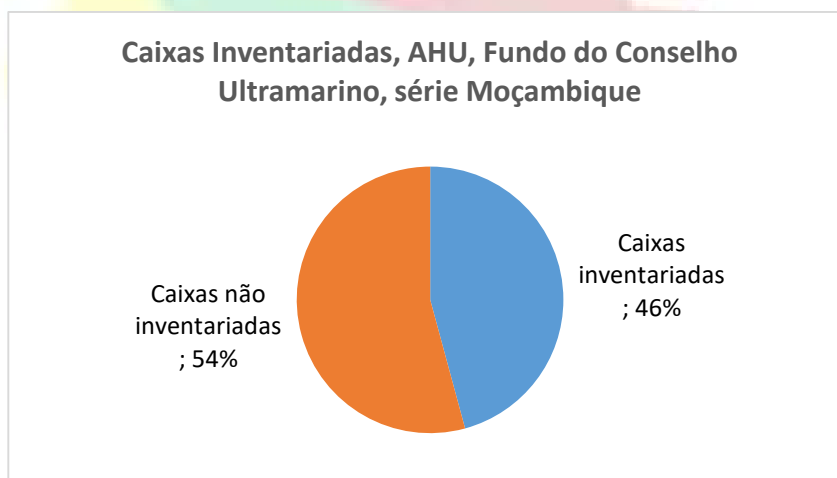
¹⁰ O objetivo inicial do projeto era de confrontar o corpo documental recolhido no AHU com outros corpos documentais localizados em Angola, Moçambique, Goa e Timor. Porém, o contexto pandêmico do Covid-19 impossibilitou a realização de pesquisas igualmente aprofundadas em outros países que não Portugal.

¹¹ MARTINS, Ana Canas Delgado. “A documentação do Conselho Ultramarino como património arquivístico comum: subsídios à sua história”. In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, nº 78, 2018, p. 39-54.

¹² Ao que tudo indica este foi um projeto vinculado ao desenvolvimento das estruturas de consolidação da independência moçambicana e de promoção da construção da nação, questão que passa por uma escrita da história do

total de 25.325 documentos, que abarcam fontes correspondentes aos anos entre 1605 e 1893 (constando, ainda, 3 caixas sem datas).¹³ Apesar de existirem documentos do final do século XIX, o período histórico abarcado pela documentação corresponde aos anos entre 1752 e 1833, delimitação que incide a partir do início da separação da administração colonial de Moçambique da Índia e termina com a reorganização burocrática ultramarina portuguesa com o fim do Conselho Ultramarino. Ao longo dos anos 1990 e 2000, o AHU reviu algumas das descrições produzidas na década de 1980, sem necessariamente ampliar o que já havia sido feito ou adotar os mesmos critérios de descrição empregados para a documentação do Conselho Ultramarino referente a outras regiões do império português, como ocorreu com os inventários produzidos pelos projetos “Resgate: Barão do Rio Branco” e “África Atlântica: da documentação ao conhecimento, séc. XVII-XIX”. O inventário parcial disponibilizado pelo AHU para a série Moçambique foi publicado online em junho de 2015. Suas caixas estão divididas de acordo com o ano da produção documental. Do total de 271 caixas, 124 encontram-se com o conteúdo sumariamente descrito e 147 não estão inventariadas.¹⁴

Gráfico 1:



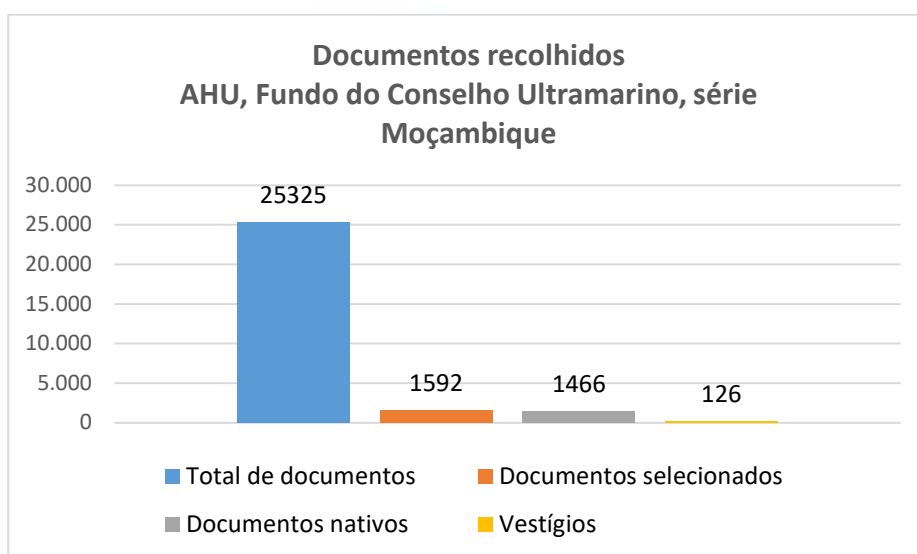
país distante daquela contada pelo colonialismo português e pela necessidade de valorização do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM). Infelizmente, atualmente os microfimes parecem ser os que estão armazenados no antigo prédio do AHM, em Maputo, mais precisamente na avenida Filipe Samuel Magaia, que se encontra parcialmente abandonado e em péssimo estado de conservação.

¹³ O catálogo pode ser encontrado em <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1119366>. Consultado em 10/05/2021. O catálogo informa que existem 267 caixas. Porém, a partir de um olhar detalhado, contabilizamos um total de 271 caixas. Essa diferença acontece, pois, as caixas que estão inventariadas seguidas pela letra A, como a caixa 30 A, não estão contabilizadas na numeração total.

¹⁴ Das 271 caixas existentes da série Moçambique do fundo do Conselho Ultramarino, as numeradas entre 1 e 7, 10 e 11, 18A, 30A, 64 a 83, 86, 93, 100, 104 a 119, 125 a 131, 133, 135 e 136, 139, 159 a 199A, 203 a 225, 247 a 257 e 264 a 267, não estão inventariadas.

A documentação recolhida compõe a Base de Dados do projeto INDICO, disponível para consulta no site do projeto.¹⁵ No que é referente aos trabalhos realizados para a região de Moçambique, dos 25.325 documentos que constam na série documental avaliada, foram selecionados 2.162 documentos de “interesse” para o projeto INDICO, ou seja, documentos que dialogam com a temática da literacia e do arquivamento realizado pelas “populações nativas”. Deste total, foram selecionados 1.431 manuscritos que correspondem a categoria de “documento nativo”, sendo distinguidos entre 90 “vestígios” (documentos que fazem referência a existência de literacia e formas de arquivamento local, mas que não se encontram no arquivo) e 1.341 que podem ser classificados como “documentos nativos”.

Gráfico 2:



O gráfico deixa evidente que o grosso da documentação existente na série Moçambique do Fundo do Conselho Ultramarino não corresponde, propriamente, aos principais objetivos do projeto. Isso era de se esperar dada a natureza do próprio fundo que, como foi evidenciado anteriormente, corresponde a documentos de instituições do poder colonial português na região. O olhar que o AHU elaborou, até o presente momento, para o conjunto documental do Conselho Ultramarino foi o de uma perspectiva que privilegia a perpetuação da lógica da administração colonial e o ordenamento burocrático do império português quando o documento foi produzido. Porém, essa abordagem, apesar de esforçar-se em manter a lógica administrativa originária e permitir aos/as historiadores/as acessar questões fundamentais da lógica do poder colonial da época, não valoriza outras potencialidades de investigação presentes na documentação, como as muitas vozes distintas

¹⁵ Ver, <https://indico.ics.ulisboa.pt/database/>, consultado em 06 de março de 2023.

que podem estar presentes nestes manuscritos, como fica evidente pelo significativo número de “documentos nativos” identificados ao longo da pesquisa.

A base de dados do projeto INDICO pretendeu, justamente, dar relevância para essa documentação. A ideia foi de propor uma forma de entrar no conteúdo do inventário arquivístico do AHU por meio do lançamento de focos de luzes que privilegiassem as agências “nativas” e suas variadas formas de literacia e arquivo. Ao mesmo tempo, pretendeu-se dar suporte para que pesquisadores/as tenham acesso a, pelo menos, um resumo do conteúdo dos “documentos nativos” presentes nas inúmeras caixas da série Moçambique que ainda não foram inventariadas.¹⁶

A importância desta proposta de abordagem sobre o arquivo, a documentação que salvaguarda e como disponibiliza as informações contidas nos documentos, que, de certa maneira, tenta propor uma ideia distinta de como os documentos coloniais poderiam ser apresentados pelos inventários contemporâneos, pode ser identificada por meio de exemplificações concretas do trabalho de pesquisa que foi realizado. O primeiro exemplo que lançamos mão diz respeito ao primordial apontamento para a existência dos “documentos nativos” em caixas que não estão inventariadas. Este é o caso do documento vinte e oito (28), presente na caixa sessenta e sete (67), que consiste em uma carta do “rei” de Quiloa, escrita em alfabeto árabe e língua *kiswahili*, da qual não consta tradução e/ou transliteração para o português.¹⁷ A carta está anexada a um ofício emitido por Diogo de Souza, então capitão-mor e governador de Moçambique, datado de 16 de maio de 1794, que afirma ter recebido do “mouro Salé” a carta do referido “rei”. Segundo o governador, a carta vinda de Quiloa queixava-se de que os portugueses estavam descumprindo com os “direitos” concedidos pelo governador anterior. Diogo de Souza concordava com a reclamação e afirmava ter permitido “passar livres [...] na alfandega as fazendas” que haviam chegado na Ilha de Moçambique em uma embarcação do referido “rei”, para, com isso, deixá-lo “ficar satisfeito”.

¹⁶ A base de dados também possui entradas semelhantes para o caso moçambicano referentes as séries de Angola e do Timor. No presente momento, março de 2023, a única série documental que não se encontra completamente analisada pelo projeto é a referente a Goa. Porém, a pesquisa se encontra parcialmente realizada e se prevê concluir em 2023.

¹⁷ Empregamos o termo rei entre aspas por ser a maneira como o capitão-mor e governador de Moçambique identificou a referida autoridade africana em sua correspondência. O mais provável é que este fosse um sultão ou um xeque.

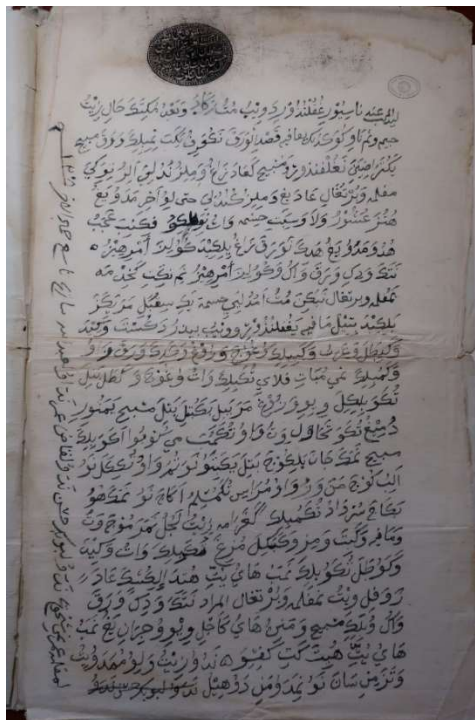


Figura 1 - Carta do “rei” de Quiloa ao capitão-mor e governador de Moçambique, Diego de Souza. In: AHU, Fundo do Conselho Ultramarino, série Moçambique (Avulsos), caixa 67, documento 28. Imagem reproduzida com a permissão de PT, AHU.

A inexistência de um inventário detalhado torna muito difícil para que pesquisadores/as que não estejam em Lisboa consigam dar um passo inicial de conceber determinadas questões de pesquisa. A base de dados do INDICO pretende potencializar, principalmente, o primeiro movimento de levantamento de questões históricas que só são possíveis a partir da tomada de conhecimento da existência desse tipo de documentação. Do corpo documental que ainda não foi inventariado pelo AHU poderíamos destacar várias outras entradas que estão presentes na base de dados. Porém, para não nos alongarmos, apontamos para o interessante “Acordo de amizade entre o Reino de Portugal e o ‘poderoso sultão [Imã] de Mascate’, produzido pelo governador e capitão-general de Moçambique, Sebastião Botelho, redigido em português e em alfabeto árabe”, datado de 10 de agosto de 1826. Armazenado na caixa duzentos e seis (206), documento quarenta e oito (48), a fonte trata-se de um singular, porém não único, exemplo de manuscrito bilíngue e que abre portas para potenciais novas análises, de uma crescente perspectiva historiográfica, que tem apontado para as interconexões do contexto norte moçambicano com o estabelecimento de relações comerciais e políticas que circulavam por todo o oceano Índico, passando pelo mar Arábico, a costa indiana e podendo chegar até a China.¹⁸

¹⁸ Ver, por exemplo, ALPERS, Edward. *East Africa and the Indian Ocean*. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2009; ALPERS, Edward. “A África e o oceano Índico”. In: FERREIRA, Roquinaldo e REGINALDO, Lucilene (org.). *África, margens e oceanos: perspectivas de história social*. Campinas: Editora Unicamp, 2020, p. 47-72; SUBRAHMANYAM, Sanjay. “Between Eastern Africa and Western India, 1500–1650: Slavery, Commerce, and Elite Formation”, *Comparative Studies in Society and History*, 61 (4), 2019, p. 805-834.

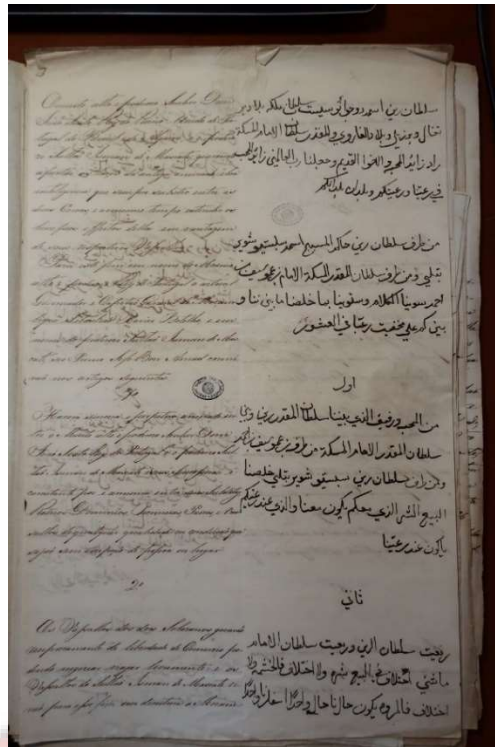


Figura 2 - Primeira página do “Acordo de amizade entre o Reino de Portugal e o ‘poderoso sultão [Imã] de Mascate””. In: AHU, Fundo do Conselho Ultramarino, série Moçambique (Avulsos), caixa 206, documento 48. Imagem reproduzida com a permissão de PT, AHU.

O segundo tipo de exemplo para o qual gostaríamos de chamar a atenção diz respeito à maneira como a lógica de organização documental seguida pelo AHU acabou por esconder a presença de documentações em que constam uma forte presença da agenciabilidade de sujeitos sociais africanos. Isso pode ser percebido no documento cinquenta e sete (57), caixa vinte e cinco (25). A entrada no inventário disponibilizado pelo AHU descreve o documento como sendo um “Ofício do governador e capitão-general de Moçambique, Baltasar Manuel Pereira do Lago ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a chegada de um embaixador de Mombaça”, datado de 15 de agosto de 1765. Porém, ao analisarmos os manuscritos que constam neste ofício, encontramos anexado uma cópia, traduzida para o português, de uma carta do “Rei de Quiloa”, provavelmente Sultane Ajiane Bune Sultane Ibraymo, escrita juntamente com outros "mouros de Mindane e Mombaça", datada de 15 de agosto de 1765, e que foi entregue pelo seu embaixador para o governador e capitão-general de Moçambique.¹⁹

Como fica evidente pelos exemplos apresentados até o momento, do corpo documental selecionado merece destaque um conjunto significativo de fontes escritas – ou traduzidas na época – em *ajami*, ou seja, com textos que empregam o alfabeto árabe e a língua árabe junto com línguas locais africanas, no caso em específico o *kiswahili*. Quando da chegada dos portugueses no norte de Moçambique, existia de longa data uma consolidada prática escrita e uma cultura de arquivamento entre mercadores e lideranças políticas da região. A literacia islâmica africana na região não deixou

¹⁹ AHU, Fundo do Conselho Ultramarino, série Moçambique (Avulsos), caixa 25, documento 57.

de existir com a consolidação do contexto de expansão colonial portuguesa. Nos últimos anos, ampliou-se o número de investigações dedicadas a análise das práticas de literacia em comunidades afro-islâmicas do norte de Moçambique.²⁰ No entanto, o período correspondente entre 1750-1850, momento marcado pela crescente expansão da administração colonial portuguesa, permanece pouco investigado de maneira devidamente aprofundada pela historiografia.

A documentação localizada pelo projeto é de importância ímpar para suplantar essa lacuna. No caso da documentação encontrada no AHU referente a série Moçambique, as línguas mais comuns empregadas são o árabe (por vezes um árabe específico da região de Zanzibar) e o *kiswahili*. Foram encontrados um total de noventa e dois (92) documentos, sendo que, desse total, sessenta e um (61) não foram encontradas traduções e/ou transliterações do conteúdo das fontes para o português e trinta e um (31) foram traduzidos para o português na época de sua produção, por diferentes indivíduos. Porém, o fato de terem recebido um tratamento por agentes coloniais, não quer dizer que não seja preciso realizar novos esforços de tradução e transliteração para que sejam averiguadas possíveis mudanças ou adaptações de conteúdo quando da sua tradução/transliteração no século XVIII e XIX.²¹

Uma parcela significativa desta documentação encontra-se localizada em caixas não inventariadas pelo AHU e estabelecem um diálogo com correspondências salvaguardadas em outros arquivos, como as existentes na Torre do Tombo, em Lisboa, ou no AHM, em Maputo, entre sultões, xeques e populações islamizadas da costa da África oriental com a administração colonial portuguesa, mas também com outros grupos sociais que viviam e comercializavam na região, como era o caso dos mercadores de origem indiana. Dado o significativo volume de documentos recolhidos decidiu-se por promover uma proposta de atividade, que deverá ganhar forma nos próximos anos, para a análise das práticas e usos da literacia e do arquivo levadas a cabo por sultanatos e grupos sociais islamizados no norte de Moçambique, Zanzibar e Ilhas Comores, e suas relações com o colonialismo português, entre os séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, esta atividade de pesquisa visará analisar o extenso corpo documental de fontes escritas por autoridades africanas em *ajami* produzidas no recorte cronológico apontado e que identificamos existirem no AHU. O objetivo é o de traçar a trajetória desses manuscritos e suas relações com formas de arquivamento

²⁰ Ver, por exemplo, o projeto Acervo Digital Suaíli, resultado do projeto "Histórias e Culturas Suaíli do norte de Moçambique: experiências de inclusão social por meio do ensino de história e das mídias digitais (Brasil-Moçambique)", desenvolvido na PUC-Rio pela professora Regiane Mattos, que pode ser visto em <http://www.acervodigitalsuaili.com.br/>, consultado em 09 de novembro de 2022; assim como os artigos de BONATE, Liazzat, "Islam and literacy in Northern Mozambique: historical records on the secular uses of Arabic script", *Islamic Africa*, n° 7, 2016, p. 60-80; VIERKE, Clarissa e MUTIUA, Chapane. "The poem about the Prophet's death in Mozambique – Swahili as a transregional language of Islamic poetry". In: *Journal of Islamic Studies*, vol. 38, n° 2, 2020, p. 44-74; e MUTIUA, Chapane. "Swahili manuscripts from Northern Mozambique: some notes on ajami correspondence letters". In: *Manuscript culture*, n° 17, 2021, p. 29-52.

²¹ O próximo passo do projeto é, justamente, o de tentar realizar a tradução e transliteração dos documentos encontrados que estão escritos em alfabeto árabe e em língua árabe ou Kiswahili.

de sujeitos identificados como “mouros”, “mujojos”, xeques, sultões e “reis” no norte de Moçambique. Apresentamos, em seguida, algumas das hipóteses e potencialidades iniciais para a pesquisa que se pretende realizar nos próximos anos.

Entre “baneane”, “mouros”, “mujojos”, sultões, xeques e “documentos escritos em árabe”

Como evidenciado ao longo do artigo, o potencial de pesquisa a ser realizada com o manancial de fontes recolhidas e destacadas ao longo da elaboração da base de dados do projeto INDICO é vastíssimo. No atual momento, pretendemos indicar algumas possíveis abordagens historiográficas para o campo da História da África e, mais especificamente, para o passado moçambicano e de sua relação com o oceano Índico. Para isso, chamamos à atenção dois assuntos distintos. Um diz respeito a uma abordagem sobre o contexto histórico de produção da documentação recolhida, apontando para a existência de potenciais análises sobre as práticas de literacia existentes no norte de Moçambique, que circulavam pela costa oriental africana e pelo oceano Índico, por meio de manuscritos elaborados, sobretudo, pelos sujeitos sociais identificáveis – ou identificados na documentação – como “mujojos”, “mouros” e “baneanes”. Privilegiar uma entrada historiográfica a partir de uma perspectiva dessas práticas de literacia pode nos permitir ter acesso a agenciabilidades de sujeitos sociais africanos e, especialmente, aprofundar interpretações sobre os sultanatos existentes naquele contexto histórico, assim como nos permite analisar as negociações, revoltas e resistências que estes estabeleceram com a presença colonial portuguesa. Outro tema de pesquisa, bastante incipiente, é o da investigação da organização arquivística realizada pelo AHU e como a maneira de inventariar, disponibilizar e usar para diferentes fins a documentação possui uma história. Muitas das pistas para a realização de uma pesquisa sobre a história do arquivo colonial português e do poder de sua arquivologia na promoção de percepções sobre o passado africano elaboradas em Portugal aparecem quando da percepção da existência de diversas intervenções, ao longo dos anos, sobre a maneira como o arquivo enxergou e interveio na forma de organizar a documentação sobre o passado moçambicano. Por vezes, as pistas para essa pesquisa não estão nos documentos em si, mas em pequenas anotações nas caixas e pastas que guardam os documentos.

Uma história da literacia e da resistência no norte de Moçambique entre 1760-1830

Neste tópico realizamos uma aproximação e um cruzamento, ainda em estágio inicial, entre o levantamento arquivístico desenvolvido no AHU com dois campos historiográficos que, apesar de estudarem fenômenos na mesma região e no mesmo período histórico, poucas vezes estabelecem comunicações entre si. O intuito é o de produzir um primeiro contato interpretativo das cartas, representações e requerimentos, assim como vestígios presentes nestes documentos, que indicam as

formas como a escrita circulou, foi utilizada e como os papéis foram empregados, armazenados, elaborados ou solicitados à administração colonial portuguesa, por “mouros”, “mujojos” e “baneanes”, entre a última quinzena do século XVIII e as três primeiras décadas do século XIX. Ao mesmo tempo, pretende-se apontar para como as correspondências trocadas entre essas populações e a administração colonial portuguesa, especialmente pelos sultões e xeques, abrem pistas interessantes para pesquisar as relações de negociação, conflito e resistência à presença colonial portuguesa na região.

O estudo das populações designadas ou que se auto identificavam como “baneanes”, “mouros” e “mujojos” tem sido apontado como fundamental para a compreensão das experiências sociais, formações políticas e dinâmicas econômicas da África oriental. Porém, os trabalhos desenvolvidos até o momento para o que é hoje o norte de Moçambique deram diminuta atenção à relação, sobretudo comercial, estabelecida entre estes sujeitos, as chefaturas e sultanatos africanos, especialmente com os poderes estabelecidos nas ilhas do oceano Índico, e a administração colonial portuguesa, desenvolvida por meio da troca de correspondências, licenças e passaportes necessários para a realização de transações mercantis, acordos econômicos e políticos.²²

O termo “baneane” foi empregado, ao menos durante o século XVIII e primeira metade do XIX, para designar mercadores de origem indiana, sobretudo do Guzerate, mas também de Damão e Diu, que possuíam um papel preponderante nas redes de comércio afro-asiáticas do oceano Índico.²³ Pesquisas, como as desenvolvidas por Luís Frederico Antunes e Pedro Machado, têm focado suas análises na importância dos “baneanes” no comércio de longa distância e nos intensos conflitos que tiveram com a administração colonial portuguesa por conta do seu grande poder advindo da capacidade de controle do crédito econômico na região. Porém, as análises desenvolvidas até o momento atenuam a importância da literacia “baneane”, sobretudo àquela relacionada ao amplo uso de documentos emitidos pelas autoridades portuguesas quando do estabelecimento de relações comerciais entre “baneanes” em chefaturas localizadas em territórios da África oriental que contavam com a presença de autoridades coloniais portuguesas. Machado, por exemplo, afirma que a “literacia funcional foi limitada, no século XVIII, a uma pequena minoria em Moçambique”.²⁴

²² A bibliografia existente assinala os limites, as fragilidades, os preconceitos e ambiguidades de designações como “mouro”, “mujojo” e “baneane”, sobretudo quando usadas pelos portugueses, para a definição das populações dos territórios ultramarinos banhados pelo oceano Índico. Não temos espaço suficiente no artigo para problematizar de maneira essa questão. Sobre o assunto, ver, dentre muitos: XAVIER, Ângela, ZUPANOV, Ines. “Ser Brâmane na Goa da Época Moderna”, *Revista de História*, 172, 2015, p. 15-41; AMSELLE, Jean-Loup.; M'BOKOLO, Elikia (org.). *No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017; HESPANHA, António. *Filhos da Terra: Identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2019.

²³ LÚZIO, Jorge. “Os circuitos de marfim na Índia e suas conexões transcontinentais nas redes afro-asiáticas”. In: REGINALDO, Lucilene. FERREIRA, Roquinaldo (Org.), *África, margens e oceanos: perspectivas de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, p. 73-94.

²⁴ MACHADO, Pedro. *Ocean of trade. South Asian Merchants, Africa and the Indian Ocean, c. 1750-1850*, Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 37. No original: “functional literacy was limited in the eighteenth century to a small minority in Mozambique”. Tradução livre.

Segundo o autor, os sistemas de crédito desenvolvidos por estes mercadores seriam baseados em acordos orais, pois “a literacia foi limitada a relativamente poucos indivíduos”.²⁵ As pesquisas de Antunes, ao contrário, identificaram um amplo leque de práticas de literacia e arquivamento realizados pelos “baneanes” em Moçambique. Segundo o pesquisador, existiram dois tipos específicos de literacia usados pelos “baneanes”. Uma delas seriam os “livros de razão”, que consistiam em livros de contabilidade comercial e crédito escritos em língua/alfabeto *marwari* ou *guzerate*. O segundo tipo dizia respeito as correspondências oficiais que os “baneanes” trocavam com as estruturas burocráticas coloniais portuguesas.²⁶ No entanto, Antunes não reconhece os documentos escritos pelos intermediários culturais que produziam essa segunda forma de literacia como produzidos pelos “baneanes”, pois, como afirma o autor, os “baneanes” não o teriam “escrito pelo [próprio] punho”.²⁷

Os inúmeros requerimentos produzidos por sujeitos identificados como “baneanes” ou cabíveis de serem identificados como tais, encontrados ao longo do levantamento arquivístico no AHU, apontam para, ao menos, o reconhecimento de uma importância da literacia e, sobretudo, do papel manuscrito, especialmente produzido pelas autoridades coloniais portuguesas, nas redes de relações mercantis estabelecidas entre portugueses, “baneanes” e chefaturas africanas islâmicas.²⁸ Muitos desses documentos contam com assinaturas em *guzerate* e/ou indicam para uma relação próxima entre comerciantes “baneanes” e “mouros”. Estes exemplos são fundamentais de serem incorporados em futuras pesquisas sobre as realidades socioculturais, econômicas e políticas do norte de Moçambique.

²⁵ Idem, p. 44. No original: “literacy was limited to relatively few individuals”. Tradução livre.

²⁶ ANTUNES, Luís Frederico. “O comércio com o Brasil e a comunidade mercantil em Moçambique (séc. XVIII)”. *Atas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, 2005, p. 1-9; ANTUNES, Luís Frederico. “Formas de resistência africanas às autoridades portuguesas no século XVIII: a guerra de Murimuno e a tecelagem de *machira* no norte de Moçambique”. *Cadernos de Estudos Africanos*, 33, 2017, p. 81-105.

²⁷ ANTUNES, Luís Frederico. “À margem da escrita. Formas de comunicação entre mercadores indianos e autoridades portuguesas de África Oriental”. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 24, 2007, p. 76.

²⁸ Até o momento, foram identificados pelo projeto INDICO cerca de mil (1000) requerimentos produzidos por “baneanes”, “mouros” ou “mujojos” para a obtenção de licenças com o intuito de realizarem diferentes tipos de transações comerciais ou para o deslocamento entre variadas partes da costa oriental africana, ou para Damão e Diu.

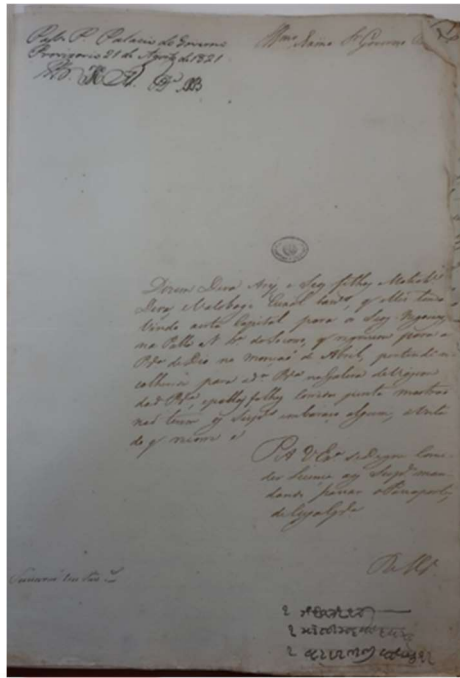
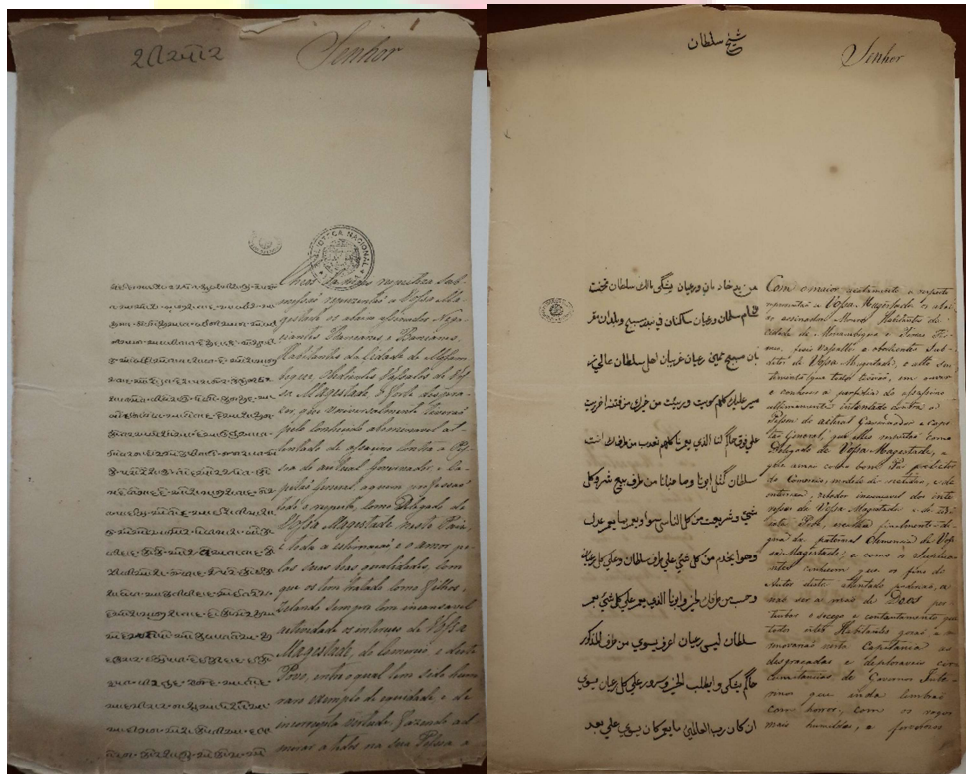


Figura 3 - Requerimento de Diva Ary e seus filhos, “baneanos”, ao governador de Moçambique. O documento conta com três assinaturas em *guzerate*. Em anexo estão as “folhas corridas” que compravam o seu desembaraço na praça de Moçambique. Fonte: AHU, Fundo do Conselho Ultramarino, série Moçambique (Avulsos), caixa 179, documento 81, ant. 21 de agosto de 1821. Imagem reproduzida com a permissão de PT, AHU.



Figuras 4 e 5: Representações, bilíngues, feitas pelos “negociantes baneanos e baneanos habitantes da cidade de Moçambique” e pelos “mouros habitantes da cidade de Moçambique e Terras Firmes”, com praticamente o mesmo conteúdo, ao Rei de Portugal, em defesa do capitão-general e governador de Moçambique que se encontrava no cargo na altura da representação e demonstrando estarem em contrário a um atentado que o governador sofreu. No documento dos “baneanos” consta a assinatura do Capitão-mor dos Baneanos, Sobachande Sauchande, e de mais 23 outros comerciantes “baneanos”, em caracteres não latinos. No documento dos “mouros” consta a assinatura de dois xeques, um imã, e mais outros 24 “mouros” que se identificam como “negociantes”, “habitantes”, “capitão-mor”, “patrão-mor”,

“sargento” e “mestres”. In: AHU, Fundo do Conselho Ultramarino, série Moçambique (Avulsos), caixa 266, documentos 119 e 125, sem data. Imagem reproduzida com a permissão de PT, AHU.

Como indicado pelas figuras 4 e 5, é possível supor a existência de, ao menos, um diálogo entre comunidades “baneanes” e “mouras” no norte de Moçambique neste período. Os xeques e sultões da região muitas vezes solicitaram a intervenção dos governadores portugueses para estimularem a presença de mercadores “baneanes” em suas terras. O sultão de Angoche, em 1820, por exemplo, remeteu uma carta para o capitão-mor e governador de Moçambique solicitando que este intervisse para que os “baneanes” fossem até suas terras com “fazendas a bem do aumento deste comércio”.²⁹

“Mouros” e “mujojos” foram termos regularmente empregados pelos portugueses em Moçambique como sinônimos para designar as populações africanas islamizadas, em oposição aos demais africanos ou, em menor escala, para identificar indivíduos de regiões de maioria islâmica originários da Índia. Nancy Hafkin e José Capela foram pioneiros no estudo de ambas as comunidades. Os “mujojos”, em específico, eram comerciantes suaílis, geralmente identificados como muçulmanos, originários de Zanzibar, Comores e Madagascar que possuíam relações nos portos do norte de Moçambique ou que haviam imigrado, em menor escala, para a costa das atuais províncias de Nampula e Cabo Delgado. O termo “mouro” vem sendo empregado em língua portuguesa desde, pelo menos, o século XIV para referir os muçulmanos existentes na Península Ibérica, independentemente de suas origens árabes, persas ou do norte da África.³⁰

Além das pesquisas de Hafkin e Capela, importantes investigações recentemente desenvolvidas sobre comunidades e poderes políticos muçulmanos estabelecidos no norte de Moçambique concentraram suas atenções no período entre finais do século XIX e início do XX. Estas pesquisas abordam, de maneira inovadora, aspectos diversos dos sultanatos, como os estabelecimentos de laços de lealdade e parentesco, sobretudo por meio de sucessivas doações de terras, suas relações mercantis e formas de interação e prática da religião muçulmana e o estabelecimento da literacia por meio do islã. Também têm chamado a atenção para a inserção dessas organizações político-religiosas com o mundo do oceano Índico, da cultura suaíli da costa oriental africana e os processos de dismantelamento e resistência perpetrados pelos sultanatos

²⁹ AHU, Fundo do Conselho Ultramarino, série Moçambique (Avulsos), caixa 173, documento 80, 1820 (26 de novembro). Outro exemplo dessa relação pode ser encontrado também em AHU, Fundo do Conselho Ultramarino, série Moçambique (Avulsos), caixa 192-A, documento 15.

³⁰ HAFKIN, Nancy. *Trade, Society and Politics in Northern Mozambique, c.1753-1913*, Tese de doutorado, Boston: Boston University Graduate School, 1973; CAPELA, José. “Como as aringas de Moçambique se transformaram em quilombos”, *Tempo*, 10 (20), 2006, p. 72-97. Segundo Capela (2006, p. 86), “mujojo” era o “comerciante suaíli oriundo nomeadamente das ilhas Madagáscar e Comores, que frequentava os portos de Moçambique”. Segundo Hafkin (1973, p. 35), “mujojo” “meaning peoples of the coastal districts of Mozambique and Cape Delgado, immigrants from the Zanzibar coast and Comoro Islands, who spoke the language of the coast”.

quando da virada da perspectiva colonial portuguesa para a África de finais do século XIX, intensificada com as guerras de conquista levadas a cabo por Portugal.³¹

As possessões portuguesas em Moçambique no contexto entre 1750 e 1850 eram, de fato, cercadas por “Estados africanos e assediada por concorrentes europeus”, estando em “frequente sobressalto militar”.³² As Terras Firmes de Monssuril ou, simplesmente, Terras Firmes, e seus sertões, designados como Macuana, foram espaços sem uma delimitação espacial precisa e marcados por intensos confrontos. A Macuana, localizada no *hinterland* fronteiriço a Ilha de Moçambique, era ocupada por sociedades macuas.³³ As Terras Firmes correspondiam a uma ampla faixa territorial litorânea do norte moçambicano, ocupada por sultanatos muçulmanos-suaílis, como os sultanatos de Sancul, Sangage, Angoche e Quitangonha, cujo qual trocavam correspondência com a administração colonial portuguesa sediada na Ilha de Moçambique e/ou nas Terras Firmes. Compostos por núcleos populacionais islamizados, estes sultanatos possuíam ligações com outros entrepostos muçulmanos espalhados pelas ilhas do oceano Índico, como o sultanato de Anjoane, nas ilhas Comores, e pela costa oriental africana, como os sultanatos em Pate e Zanzibar.

Uma parte significativa das correspondências produzidas pelos sultões e xeques dos sultanatos mencionados podem permitir que pesquisas futuras aprofundem a produção de uma análise da genealogia do complexo de interconexões entre diferentes poderes muçulmanos-suaílis da África oriental. Este exercício abre portas para uma historicização de práticas de resistência dos sultanatos do norte Moçambique contra o colonialismo português que teriam se iniciado no final do século XVIII e início do XIX e que podem ter funcionado como um arcabouço de experiências que viriam a ser acionadas quando dos conflitos militares perpetrados pelos portugueses no final do XIX e início do XX.

Em uma das caixas não inventariadas do fundo arquivístico analisado, encontramos, por exemplo, o ofício de Joaquim Xavier Diniz Costa, que havia assumido interinamente, em março de

³¹ Ver, por exemplo, MUTIUA, Chapane. *Ajami Literacy, 'class', and Portuguese pre-colonial administration in northern Mozambique*. Dissertação de mestrado, Cape Town, Historical Studies Department, University of Cape Town, 2014; BONATE, Liazzat. “Islam in Northern Mozambique: A Historical Overview”, *History Compass*, 8 (7), 2010, p. 573–593; BONATE, Liazzat. “Islamic education in Mozambique”, *Annual Review of Islam in South Africa*, 9, 2006-7, p. 53-57; MATTOS, Regiane. *As dimensões da resistência em Angoche: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910)*. São Paulo: Alameda, 2015; MATTOS, Regiane. “Entre suaílis e macuas, mujojos e muzungos: o norte de Moçambique como complexo de interconexões”, *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 44 (3), 2018, p. 457-469. É importante salientar que começam a ser produzidas instigantes pesquisas sobre a relação portuguesa com o mundo suaíli da costa oriental africana para um período anterior ao século XVIII. Ver, por exemplo, SAMUEL, Isaac. “The Portuguese and the Swahili, from foes to unlikely partners: Afro-European interface in the early modern era”. In: https://isaacsamuel.substack.com/p/the-portuguese-and-the-swahili-from?s=r&utm_campaign=post&utm_medium=web&utm_source=direct, consultado em 11 de novembro de 2022. Agradeço a Ana Rita Amaral pela indicação bibliográfica.

³² RODRIGUES, Maria Eugénia. “Cipaios da Índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII”, *História & Debates*, Curitiba, 45, 2006, p. 60.

³³ Sobre as sociedades macuas nesse contexto, ver: BASTIÃO, Maria. *Entre a Ilha e a Terra. Processos de construção do continente fronteiriço à Ilha de Moçambique (1763 - c. 1802)*. Dissertação de mestrado, História Moderna e dos Descobrimientos, Universidade Nova de Lisboa, 2013.

1832, o cargo de capitão-mor e governador de Moçambique. Neste documento, nos é relatado que, no dia do falecimento do governador anterior, havia chegado uma embarcação com o xeque da ilha de Anjoane, “trazendo a seu bordo Abdulá, Rei daquela Ilha com parte da sua família, que vinha refugiar-se aqui por causa das ocorrências revolucionárias, que disse tinham havido naquela Ilha”. Naquele momento, já era de longa data a relação, inclusive por meio da troca de correspondências, entre a administração colonial portuguesa na Ilha de Moçambique e o sultanato de Anjoane. A importância do xeque fez com que ele fosse mantido sob vigilância. Como explicou o governador interino, esse procedimento foi adotado “porque não há toda a certeza dos acontecimentos que ele refere”, assim como por ser “muito afeiçoado e favorecido do Imano de Mascate, e por outra parte, que ele foi mediano em fazer do xeque da Quitangonha na desinteligência e guerra passada com o governador”.³⁴

O “rei de Anjoane” acabou por não ficar muito tempo em Moçambique. Em abril daquele ano, um novo ofício informava novas ocorrências. O xeque de Anjoane, acompanhado de cinquenta pessoas, após a solicitação de um passaporte para si e sua entourage, havia embarcado em um pangaio que tinha como destino Zanzibar. Ao ser interpelado pelo Desembargador Ouvidor Geral de Moçambique, Abdulá esquivou-se dos questionamentos feitos “tanto a respeito do estado daquela Ilha, e consequências da rebelião que ele tinha referido como causa de refugiar-se nesta cidade, como também acerca dos projetos que meditava para recuperar o governo que lhe pertencia”. Respondendo às perguntas “em termos vagos”, a preocupação do “rei” era de que na Ilha de Moçambique estaria isolado e, para conseguir estabelecer um contato mais amplo com outros parceiros, pretendia ir “para alguma terra onde melhor soubesse notícias, segundo as quais se resolvesse no que deveria fazer”.³⁵

Apesar do drible dado pelo xeque de Anjoane nas autoridades coloniais portuguesas, é importante atentarmos para a existência de uma rede de trocas de correspondências entre os diversos sultanatos da região e que podiam chegar até o Golfo de Omã. Essa rede parecia estabelecer contatos com territórios controlados por Portugal, como era o caso da Ilha de Moçambique, mas compreendi-os como espaços à margem do mundo islâmico das ilhas do oceano Índico e da costa africana oriental suaíli. Afinal, Abdulá foi embora da Ilha de Moçambique para se estabelecer em “alguma terra onde melhor soubesse notícias”. A existência dessa constante circulação de informações e de laços de interconexão que aproximavam sultanatos estabelecidos nas

³⁴ AHU, Fundo do Conselho Ultramarino, série Moçambique (Avulsos), caixa 257, documento 18, 22 de março de 1832.

³⁵ AHU, Fundo do Conselho Ultramarino, série Moçambique (Avulsos), caixa 258, documento 3, 1 de abril de 1832. É interessante apontarmos para o fato de que a “onda revolucionária” analisada por Eric Hobsbawm na Europa e nas Américas e por Paul Lovejoy na África Centro-Occidental, tem sido identificada também para outras regiões do mundo, como aponta o trabalho de SIVASUNDARAM, Sujit. *Waves across the South: a new history of Revolution and Empire*. Chicago: University of Chicago Press, 2021.

ilhas Comores, como era o caso de Anjoane, e reinos islâmicos do norte de Moçambique, especialmente na maneira como estabeleciam negociações e resistências a presença portuguesa, fica evidente pela referência ao fato de Abdalá ter sido mediador nos conflitos, iniciados na última década do século XVIII e que perduraram até o início do XX, entre Portugal e o xecado da Quitangonha.

Ao longo da pesquisa no AHU foi possível identificar a existência de uma correspondência regular entre diferentes sujeitos que ocuparam postos de poder na Quitangonha e a administração colonial portuguesa. Identificamos, entre cartas, requerimentos e ofícios, que podem ser cópias, traduções ou originais, cerca de oitenta documentos advindos da Quitangonha. Escritos em português, árabe e/ou Kiswahili, ou traduzidos para o português, estes documentos são fundamentais para a escrita de uma história das relações de negociação e resistência africana a presença colonial de Portugal no norte de Moçambique. O xeque Janfar Salim, em 1819, por exemplo, ao ser acusado de abrigar escravizados que haviam fugido para suas terras, escreveu prontamente ao capitão-mor e governador de Moçambique. Por não confiar no tradutor português – o “língua do Estado” -, Janfar Salim remeteu a autoridade portuguesa duas cartas: uma em português e outra em *ajami*, onde explicou a situação.³⁶ Outro exemplo para ilustrar a relevância dessa documentação que pretendemos analisar nos próximos anos é o conjunto de doze (12) cartas trocadas entre membros da família real da Quitangonha e diferentes representantes da administração colonial portuguesa, ao longo do ano de 1801, quando das negociações para o reestabelecimento da paz entre Quitangonha e Portugal após o início dos conflitos em 1795.³⁷

Porém, antes de qualquer exploração analítica mais aprofundada, cabe estarmos precavidos para como não apenas a historiografia tem sido atraída por esses documentos no seu esforço de uma escrita da história para além das perspectivas coloniais. O próprio arquivo esteve atento, ao longo do tempo, sobre a importância dos “documentos escritos em árabe” que possui em seus acervos.

Arquivos dentro de arquivos, inventários dentro de inventários: os “documentos escritos em árabe”

Por último, gostaríamos de apontar para um aspecto indissociável do exercício historiográfico. Arquivos possuem lógicas próprias na maneira de lidar com o passado que armazenam. Porém, essas lógicas não são fixas e variaram ao longo do tempo, sendo importante percebermos transformações nos processos de salvaguarda, organização e catalogação da documentação que armazenam. Esse é um fenômeno identificável para contextos europeus

³⁶ AHU, Fundo do Conselho Ultramarino, série Moçambique (Avulsos), caixa 166, documento 76, 3 de dezembro de 1819.

³⁷ AHU, Fundo do Conselho Ultramarino, série Moçambique (Avulsos), caixa 89, documento 31.

sobretudo a partir da emergência dos pleitos por independências nos territórios colonizados na Ásia e na África. Retomando uma temática apresentada no início do artigo, onde apontamos para a necessidade de pensarmos os arquivos não como repositórios intactos do passado, mas como locais dinâmicos e produtores da própria ordem de saber que apresentam, a série Moçambique, do Fundo do Conselho Ultramarino, nos traz pistas interessantes sobre como o arquivo e, conseqüentemente o Estado português, encarou os documentos produzidos por xeques e sultões que estão no AHU.

A pasta em que está guardado o documento vinte e oito (28), da caixa sessenta e sete (67), por exemplo, mencionada anteriormente por conter uma carta do “rei de Quiloa”, é um caso curioso. Na capa da pasta em que está armazenado o manuscrito encontramos pistas para a existência de outras formas de organizar e, sobretudo, adentrar na documentação produzida pelos próprios arquivos em momentos distintos do passado. Esta caixa não consta como uma das que estão inventariadas e, conseqüentemente, com o seu conteúdo sumariamente disponibilizado no catálogo da série Moçambique. No entanto, alguém no passado, em algum determinado momento, achou importante referenciar que naquela pasta o/a pesquisador/a iria encontrar algo especial. Afinal, está escrito: “Contém uma carta do rei de Quiloa, interessante para figurar em exposições”.

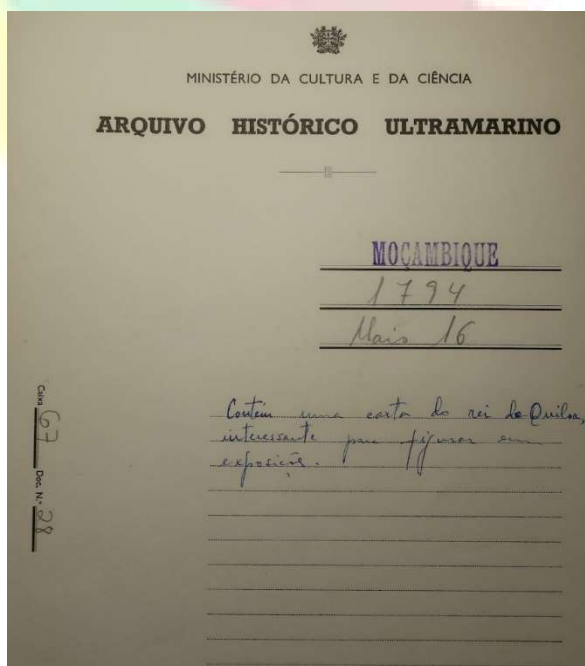


Figura 6 – Capa da pasta do documento 28, caixa 67, em que se encontra escrito, com uma caneta azul, “Contém uma carta do rei de Quiloa, interessante para figurar em exposição”. In: AHU, Fundo do Conselho Ultramarino, série Moçambique (Avulsos), caixa 67, documento 28. Imagem reproduzida com a permissão de PT, AHU.

Ainda não foi possível descobrir quem fez essa anotação. Não sabemos ao certo se um dia isso será possível. Porém, observações e apontamentos com conteúdos semelhantes aparecem ao longo de toda a série Moçambique do fundo do Conselho Ultramarino. É algo recorrente, ao

realizarmos o trabalho de levantamento de fontes em arquivos, encontrarmos pequenos textos, bilhetes, papéis soltos, deixados nas pastas ou caixas que guardam a documentação, independentemente do fato da documentação que conservam estar completamente inventariada e sumarizada.³⁸ Ao longo da pesquisa, percebemos que, quando a anotação está em um papel do próprio arquivo, geralmente são pequenos apontamentos que indicam o conteúdo da fonte. No caso citado, a pessoa que fez a anotação se impressionou com a existência de um documento em alfabeto árabe. Além disso, o/a possível funcionário/a do AHU não apenas indicou o conteúdo da pasta. Foi evidenciado o potencial impacto para um público mais amplo do que daqueles pesquisadores que se debruçam nos papéis históricos de um manuscrito como aquele armazenado em um arquivo português, podendo ganhar novos significados ao ser incorporado em uma “exposição”.

Esse não foi um caso único em que caracteres árabes contidos em um manuscrito – ou em um conjunto de manuscritos – chamou a atenção de quem os manuseava quando do seu processo de arrumação no arquivo, fazendo com que a sua existência fosse notada e levando ao seu agrupamento em uma única entrada arquivística. O exemplo encontrado na caixa cento e noventa e dois A (192-A), documento quinze (15), é significativo. Esta caixa também não consta como inventariada no catálogo, o que não quer dizer que não tenha passado por um tipo de organização. Em sua capa está escrito, no topo e em destaque, “ÁRABES”, e, no meio, “Contém documentos escritos em ÁRABE de sultões e régulos” (grifos no original). Dentro da pasta encontramos outra capa, com um aspecto que denota antiguidade, o que pode indicar que tenha sido elaborada durante o processo originalmente realizado, no século XIX, de ordenação desse conjunto de documentos e do seu envio para Lisboa. No topo dessa segunda capa está escrito “1829 [com uma rasura para 1825] Cartas dos Sultões, Régulos e cheques vizinhos aliados, e súditos desta Capitania”. Efetivamente, o conteúdo da pasta consiste em vinte e duas (22) cartas escritas para ou por sultões, xeques e "reis", muitas contendo o alfabeto árabe, ou cartas originalmente escritas para e por esses sujeitos e suas versões traduzidas/transliteradas para o português.

³⁸ Ao longo da pesquisa foi encontrado um total de seis pequenos pedaços de papel com o nome da historiadora Nancy Hafkin, uma referência arquivística que já não existe mais no AHU e a indicação de que se desejava a “imagem” de um determinado documento. Em conversas que o pesquisador Matheus Serva Pereira teve com a pesquisadora por meio de uma rede social, Hafkin confirmou que estes papéis foram escritos por ela quando da realização de sua pesquisa no AHU, nos anos 1960 e 1970. Cinco desses “pedidos” estavam na caixa duzentos e sessenta e sete (267), AHU, Fundo do Conselho Ultramarino, série Moçambique (Avulsos).

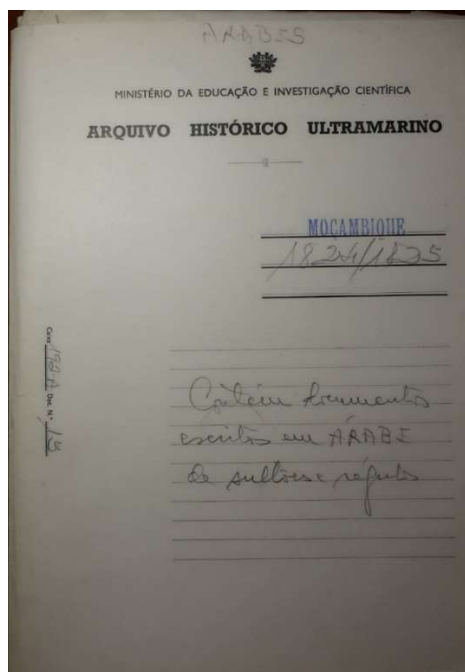


Figura 7 – Percebe-se, no topo, escrito “ÁRABES” e, mas à baixo, “Contém documentos escritos em ÁRABE de sultões e régulos”. In: AHU, Fundo do Conselho Ultramarino, série Moçambique (Avulsos), caixa 192 A, documento 15. Imagem reproduzida com a permissão de PT, AHU.

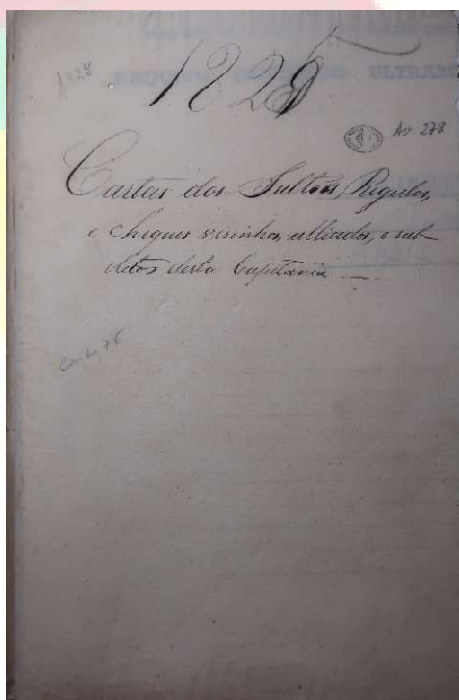


Figura 8 – “1829 [com uma rasura escrita a lápis para 1825] Cartas dos Sultões, Régulos e cheques vizinhos aliados, e súditos desta Capitania”. Também é possível notar outros pequenos apontamentos, como “Av [avulso?] 278” e “caixa 76”, que indicam para antigas referências arquivísticas do AHU que foram eliminadas com o tempo e a reorganização do fundo promovida ao longo do tempo. In: AHU, Fundo do Conselho Ultramarino, série Moçambique (Avulsos), caixa 192 A, documento 15. Imagem reproduzida com a permissão de PT, AHU.

Portanto, apesar da série Moçambique, do Fundo do Concelho Ultramarino, não estar completamente catalogada, ela é um somatório de formas de organização de documentos que se sobrepuseram ao longo do tempo. Nesse sentido, estabelecem permanentes diálogos entre olhares distintos que realçam e propõem aproximações a documentação, quando da realização de cada

trabalho de organização, daquilo que no momento desta organização os responsáveis pelo trabalho compreendiam como sendo de mais importante no conteúdo da fonte. Os exemplos que mencionamos parecem nos direcionar para a possibilidade de uma leitura de uma historicidade na organização da documentação que é distinta da lógica pretendida originalmente pelo AHU, que afirma que os documentos que estão em sua posse foram catalogados e inventariados a partir da lógica de sua produção e circulação quando de sua elaboração pela administração colonial.

Considerações finais

Propor uma maneira distinta de dar destaque ao conteúdo de uma documentação localizada em um arquivo que, por sua vez, possui uma lógica específica que guia o ordenamento de seus espólios, não é defender o esvaziamento do arquivo em si. Ao mesmo tempo, não é a intenção deste artigo reinventar a maneira como os espólios documentais coloniais europeus são organizados nos arquivos. Antes disso, o objetivo do artigo foi de demonstrar que a maneira pela qual o arquivo foi sendo organizado ao longo dos anos promoveu maneiras específicas de acesso ao passado e que, de certa maneira, buscou guiar ou roteirizar como deveríamos escrever sobre o passado. No caso específico explorado ao longo do artigo, o fundo do Conselho Ultramarino do AHU privilegiou uma entrada interpretativa sobre o passado colonial português a partir das instâncias administrativas coloniais e dos agentes históricos portugueses, silenciando muitas outras vozes existentes na documentação. Até bem pouco tempo era difícil de imaginar uma forma diferente de organização dos papéis que o período pós-colonial herdou do passado colonial. Refletir sobre essas muitas vozes contidas em um arquivo construído a partir da documentação colonial – tanto àquelas do passado que estão contidas na documentação, como as que emergem dos exercícios arquivísticos de ordenamento dos acervos -, e produzir ferramentas e instrumentos de acesso ao passado que subvertem as perspectivas tradicionais da construção dos arquivos resultantes do colonialismo, é uma forma de enfrentarmos desafios contemporâneos resultantes de vestígios preconceituosos e racistas coloniais que insistem em não desaparecer. Ao mesmo tempo, demonstramos ao longo do texto como um olhar distinto para as fontes históricas abre caminhos interessantes para a historiografia africanista se debruçar sobre o passado da África oriental e, mais especificamente, moçambicano, permitindo que vozes enuviadas pelo atual inventário disponibilizado pelo AHU ganhem destaque e sejam, cada vez mais, objeto de investigação histórica.

Referências bibliográficas

ALPERS, Edward. “A África e o oceano Índico”. In: FERREIRA, Roquinaldo e REGINALDO, Lucilene (org.). *África, margens e oceanos: perspectivas de história social*. Campinas: Editora Unicamp, 2020, p. 47-72.

- ALPERS, Edward. *East Africa and the Indian Ocean*. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2009.
- AMSELLE, Jean-Loup.; M'BOKOLO, Elikia (org.). *No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.
- ANTUNES, Luís Frederico. “O comércio com o Brasil e a comunidade mercantil em Moçambique (séc. XVIII)”. *Atas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, 2005, p. 1-9.
- ANTUNES, Luís Frederico. “À margem da escrita. Formas de comunicação entre mercadores indianos e autoridades portuguesas de África Oriental”. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 24, 2007, p. 75-88.
- ANTUNES, Luís Frederico. “Formas de resistência africanas às autoridades portuguesas no século XVIII: a guerra de Murimuno e a tecelagem de *machira* no norte de Moçambique”. *Cadernos de Estudos Africanos*, 33, 2017, p. 81-105.
- BASTIÃO, Maria. *Entre a Ilha e a Terra. Processos de construção do continente fronteiro à Ilha de Moçambique (1763 - c. 1802)*. Dissertação de mestrado, História Moderna e dos Descobrimentos, Universidade Nova de Lisboa, 2013.
- BONATE, Liazzat. “Islam in Northern Mozambique: A Historical Overview”, *History Compass*, 8 (7), 2010, p. 573–593.
- BONATE, Liazzat. “Islamic education in Mozambique”, *Annual Review of Islam in South Africa*, 9, 2006-7, p. 53-57.
- BONATE, Liazzat, “Islam and literacy in Northern Mozambique: historical records on the secular uses of Arabic script”, *Islamic Africa*, nº 7, 2016, p. 60–80.
- CAPELA, José. “Como as aringas de Moçambique se transformaram em quilombos”, *Tempo*, 10 (20), 2006, p. 72-97.
- DIAS PAES, Mariana Armond. “Legal Files and Empires: Form and Materiality of the Benguela District Court Documents”. *Administrory* 4, nº 1, dezembro de 2019, p. 53–70.
- FERREIRA, José Miguel, PEREIRA, Matheus Serva e ROQUE, Ricardo, “The INDICO Project: survey of indigenous documetation”, <https://indico.ics.ulisboa.pt/about-the-database/>, consultado em 06/03/2023.
- FERREIRA, José Miguel e ROQUE, Ricardo. “Arquivo Histórico Ultramarino”, In; GUARDIÃO, A., JERÓNIMO, M. B. e PEIXOTO, P. (Orgs.), *Ecos Coloniais: Histórias, Patrimónios e Memórias*, Lisboa: Tinta-da-China, p. 13-20.
- HAFKIN, Nancy. *Trade, Society and Politics in Northern Mozambique, c.1753-1913*, Tese de doutorado, Boston: Boston University Graduate School, 1973.
- HESPANHA, António. *Filhos da Terra: Identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2019.

- LÚZIO, Jorge. “Os circuitos de marfim na Índia e suas conexões transcontinentais nas redes afro-asiáticas”. In: REGINALDO, Lucilene. FERREIRA, Roquinaldo (Org.), *África, margens e oceanos: perspectivas de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, p. 73-94.
- MACHADO, Pedro. *Ocean of trade. South Asian Merchants, Africa and the Indian Ocean, c. 1750-1850*, Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- MARTINS, Ana Canas Delgado. “A documentação do Conselho Ultramarino como patrimônio arquivístico comum: subsídios à sua história”. In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, nº 78, 2018, p. 39-54.
- MATTOS, Regiane. *As dimensões da resistência em Angoche: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910)*. São Paulo: Alameda, 2015.
- MATTOS, Regiane. “Entre suaílis e macuas, mujojos e muzungos: o norte de Moçambique como complexo de interconexões”, *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 44 (3), 2018, p. 457-469.
- MBEMBE, Achille. The power of the Archive and its limits. In: HAMILTON, C.; HARRIS, V.; TAYLOR, J.; PICKOVER, M.; REID, G.; SALEH, R. (Org.). *Refiguring the Archive*. Berlin: Springer, 2002, p. 19-27.
- MBEMBE, Achille. Decolonizing Knowledge and the Question of the Archive. In: *Africa Is a Country*, 2015.
- MUTIUA, Chapane. *Ajami Literacy, ‘class’, and Portuguese pre-colonial administration in northern Mozambique*. Dissertação de mestrado, Cape Town, Historical Studies Department, University of Cape Town, 2014.
- MUTIUA, Chapane. “Swahili manuscripts from Northern Mozambique: some notes on *ajami* correspondence letters”. In: *Manuscript culture*, nº 17, 2021, p. 29-52.
- RODRIGUES, Maria Eugénia. “Cipaios da Índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII”, *História & Debates*, Curitiba, 45, 2006, p. 57-95.
- ROQUE, Ricardo e WAGNER, Kim A. Introduction: engaging colonial knowledge. In: ROQUE, R. e Wagner, K.A. (Org). *Engaging Colonial Knowledge: Reading European Archives in World History*, org. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012, p. 1-32
- SAMUEL, Isaac. “The Portuguese and the Swahili, from foes to unlikely partners: Afro-European interface in the early modern era”. In: https://isaacsamuel.substack.com/p/the-portuguese-and-the-swahili-from?s=r&utm_campaign=post&utm_medium=web&utm_source=direct, consultado em 11 de novembro de 2022.
- SIVASUNDARAM, Sujit. *Waves across the South: a new history of Revolution in an Empire*”. Chicago: University of Chicago Press, 2021.

STOLER, Ann Laura. Colonial archives and the arts of governance. *Archival Science*, n° 2, 2002, p. 87–109.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. “Between Eastern Africa and Western India, 1500–1650: Slavery, Commerce, and Elite Formation”, *Comparative Studies in Society and History*, 61 (4), 2019, p. 805-834.

VIERKE, Clarissa e MUTIUA, Chapane. “The poem about the Prophet’s death in Mozambique – Swahili as a transregional language of Islamic poetry”. In: *Journal of Islamic Studies*, vol. 38, n° 2, 2020, p. 44-74.

XAVIER, A., ZUPANOV, I. (2015), “Ser Brâmane na Goa da Época Moderna”, *Revista de História*, 172, pp. 15-41.

